

# Tesouro Nacional avalia aumento do ajuste fiscal

Rafael Neddermeyer/AE/31.8.04

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, confirmou ontem, conforme antecipou o **Correio Braziliense** na edição de quinta-feira passada, que existe a possibilidade de um aumento na meta de superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os gastos com juros) de 2005. Segundo a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a meta para o próximo ano é de 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto), a mesma de 2003 e de 2004.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem defendido nos bastidores que aumentar o esforço fiscal seria uma das formas de reduzir a necessidade de elevações na taxa básica de juros (Selic). Quando questionado sobre a possibilidade de aumentar o superávit, Levy disse: "Pode ser."

A equipe econômica chefiada por Palocci avalia proposta que poderá elevar o percentual para 4,5%, 4,75% ou 5% do PIB. A palavra final será do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, se depender do poder de persuasão de Palocci, o superávit deste ano — e possivelmente de 2005 — será de 4,75%.

Em tese, ao aumentar o esforço fiscal o governo fica com menos dinheiro para investir em infraestrutura ou em projetos sociais,



**JOAQUIM LEVY, DO TESOUREO: POSSIBILIDADE DE AMPLIAR O ESFORÇO FISCAL**

já que destina mais recursos para pagar juros e tentar reduzir a dívida pública. Por outro lado, a medida impopular tem um efeito benéfico no mercado, pois aumenta a confiança dos investidores de que o Brasil terá condições de arcar com os custos de sua dívida.

Dessa forma, a taxa básica de juros, que serve como parâmetro de remuneração para mais da metade da dívida interna, pode permanecer em patamares menos elevados. Nesta semana, o

Banco Central elevou a Selic de 16% para 16,25% ao ano, a primeira alta desde fevereiro de 2003. O BC também avisou que esse seria apenas o início do processo de "ajuste" dos juros.

Aumentando o superávit, o BC poderia promover um "ajuste" menos significativo e beneficiaria empresários e trabalhadores, que são diretamente afetados por juros altos com queda nas vendas e aumento do desemprego, respectivamente.

## MEMÓRIA

### Reforço na confiança

*O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já usou o aumento do superávit para angariar a confiança do mercado financeiro. Em março de 2003 surpreendeu o país ao elevar em 0,5 ponto percentual a meta, que passou de 3,75% do PIB para os atuais 4,25%. Com a economia crescendo acima de 4% ao ano, a nova mudança não implicará em um arrocho fiscal tão forte como o imposto no ano passado, quando o PIB encolheu 0,2%. Na prática, o superávit primário está muito acima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelos números divulgados oficialmente pelo Banco Central, entre janeiro e julho, o saldo nas contas foi de 5,59% do PIB. Nos 12 meses terminados em julho, o resultado foi de 4,65% do PIB.*